

A UnB e os militares: breve estudo sobre as relações entre a Universidade de Brasília e o regime autoritário brasileiro entre 1964 e 1965.

Autor Gabriel Lelis

Resumo:

Este breve trabalho discute as relações entre a Universidade de Brasília (UnB) e os militares, responsáveis pelo regime autoritário instalado no Brasil na década de 1960. Essas relações são concentradas no estudo das duas primeiras crises na universidade, em 1964 e em 1965. Os fatos históricos relativos a essas crises são reportados e interpretados segundo a ideologia militar hegemônica da época, que lhes confere sentido e os torna, portanto, mais compreensíveis.

Palavras-chave: Ditadura militar, Educação no Brasil, Crise na Universidade de Brasília.

Abstract:

This brief work discusses the relations between the University of Brasilia (UnB) and the military men, responsible for the authoritarian regime installed in Brazil in the 1960's decade. These relations are concentrated in the study of the two first crises in the university, in 1964 and in 1965. The historical facts related to these crises are reported and interpreted according to the hegemonic military ideology at the time, which gives them sense and makes them, therefore, more understandable

Key-words: Military dictatureship, Education in Brazil, Crises in the University of Brasilia.

“Quero dizer que considero a vida política totalmente incompatível com o espírito, com a maneira de ser do soldado. Por quê? O soldado é um homem preparado para a guerra. É um homem preparado para enfrentar um inimigo. E para derrotá-lo. O político é um homem da conversação, do diálogo. Um homem do ‘toma lá, dá cá’, incompatível com a maneira de ser do militar. Então, há um divórcio total entre a cabeça do militar e a cabeça do político.”

General Octavio da Costa

Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, de 1970 a 1973. Governo Médici.

DINES, Alberto; FERNANDES, Florestan Jr.; SALOMÃO, Nelma. **Histórias do Poder. 100 anos de política no Brasil. Vol.1. Militares, Igreja e Sociedade Civil.** São Paulo: Editora 34, 2000. p.184.

1. Introdução

A redação deste trabalho contou como fonte histórica primária e eixo principal o livro de memórias do ilustre professor Roberto A. Salmeron, *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, em que a história da UnB naqueles anos é contada a partir das experiências pessoais do autor na universidade e de conversas e de documentos a que teve acesso. Os acontecimentos narrados pelo professor Salmeron serão aqui apresentados com grande fidelidade à obra mencionada. Esses mesmos fatos também serão interpretados neste trabalho segundo a ideologia militar hegemônica (ou *Doutrina de Segurança Nacional*), que orientava as ações praticadas pelo governo militar brasileiro entre 1964 e 1965. É a partir do entendimento desse complexo sistema ideológico que os fatos ocorridos na UnB daquela época são preenchidos de sentido, tornando-se mais *compreensíveis*, embora jamais, o que é diferente, *justificados*. O presente estudo das relações entre a Universidade de Brasília e o governo autoritário se concentrou nos dois grandes episódios de crise envolvendo as duas instituições. Crises essas que tomaram corpo nos anos de 1964 e 1965, sendo a do segundo ano maior e mais grave do que a do primeiro. Finalmente, as contextualizações e interpretações foram realizadas a partir de obras históricas e sociológicas de reconhecimento, voltadas ao estudo da história e à investigação da ideologia militar.

Acredita-se honestamente que o exame desses fatos, trazendo-os à tona sob a ótica do presente, revivendo-os ao se buscar apreender o pensamento por trás deles, contribuirá para uma melhor compreensão da época presente. Estudar a história da Universidade de Brasília, partindo-se de uma reconstrução do passado, de uma seleção e interpretação dos fatos tidos como de maior relevância, seguramente lançará luz sobre a identidade institucional da UnB hoje. Uma melhor compreensão de sua condição atual passa por uma melhor compreensão de sua condição passada, de modo a possibilitar cientificamente uma aproximação cada vez maior da realidade histórica, embora o seu total domínio seja, a rigor, impossível. Ao se estudar as relações conflituosas entre a UnB e os militares, foi preciso procurar reviver em mente o que passou na mente das personagens estudadas, permitindo, nesta narrativa, que os leitores possam reviver o que se passou na mente do autor. Afinal, a história não pode ser escrita sem que o historiador atinja algum tipo de contato com a mente daqueles sobre quem escreve. Neste caso, investiga-se, de um lado, a ideologia que era cultivada pela comunidade universitária da UnB e, de outro, a ideologia militar que alimentava o regime de exceção.

A interpretação dos fatos, embora historicamente imprescindível, não se sobrepôs aos fatos mesmos, mas guardou com eles relações de complementaridade e de reciprocidade. O principal objetivo foi uma melhor compreensão dos indivíduos estudados – universitários ou militares – e de seu meio – a UnB e o governo no Brasil da época –, bem como dos efeitos mutuamente provocados. Também o estudo das intervenções governamentais sobre a UnB à luz da ideologia militar é um estudo de causas na medida em que se passa a compreender *por que* essas intervenções foram levadas a efeito, *por que* foram consideradas necessárias pelo grupo politicamente dominante. Em história, não basta saber *o que* aconteceu nem *como* os fatos aconteceram, mas também e principalmente, *por que* aconteceram. Enfim, muito embora o fazer histórico esteja indissociavelmente ligado a valores, e os fatos aqui abordados sejam pessoal e profundamente lamentados pelo autor, este trabalho não se entregou a uma mera condenação ressentida a uma personagem ou conjuntura específica. Antes, pelo bem da objetividade científica, procurou-se visualizar esses acontecimentos de uma perspectiva mais elevada e desapegada, a fim de se alcançar uma percepção mais aprofundada e duradoura.

2. Apresentação das personagens

Esta primeira seção se ocupará de apresentar as personagens principais abordados por este trabalho, a saber, a Universidade de Brasília (UnB) e os militares, procedendo-se com uma apresentação concisa dessas instituições pelos seus aspectos ideológicos, seus respectivos projetos institucionais, suas diferentes propostas de intervenção sobre a realidade, e suas respectivas percepções de si próprios em relação a essa mesma realidade.

2.1. A UnB

O projeto do arquiteto e urbanista Lúcio Costa para a nova capital federal já reservava uma grande área à edificação de um *campus* universitário. Na concepção que este grande urbanista do último século imprimiu em seu projeto transparecia a vitalidade cultural de Brasília. Tal como outras grandes metrópoles de outros países, essa nova metrópole do Brasil deveria ser um centro de irradiação intelectual, científico, artístico. A existência de uma grande universidade no seio do Plano Piloto de Brasília fazia-se, pois, indispensável para que a cidade não se tornasse uma espécie de deserto intelectual. Essa ideia original sofreu, contudo, numerosos reveses até que pudesse se instituir. Foi no governo de Juscelino

Kubscheck (JK) (1956-1961) que a proposta de uma universidade pública em Brasília começou a ser germinada enquanto enfrentava duras adversidades. Opunham-se a ela aqueles que acreditavam ser nociva à nova capital a presença de fábricas e de universidades, que trazem, respectivamente, operários e estudantes – ambos, já naquela época, considerados elementos incômodos ao pleno exercício dos poderes da república. Porém a Igreja Católica, que ambicionava o monopólio do ensino em todos os níveis, desejava erigir em Brasília uma universidade católica. Isso fazia com que, invariavelmente, a cidade viesse a ter pelo menos uma universidade. Aos poucos, os obstáculos foram sendo ultrapassados, os políticos foram sendo persuadidos, e iniciativas concretas foram sendo tomadas para que se prestasse fidelidade ao projeto original de Lúcio Costa. Comissões nomeadas por JK e pelo presidente ulterior Jânio Quadros (1961) se ocupavam do planejamento e implantação da UnB.

Aprovada às pressas em meio à convulsão política que se instalou no Brasil após a renúncia do presidente Jânio, a lei que autorizava a criação da Universidade de Brasília foi assinada pelo sucessor João Goulart em 15 de dezembro de 1961. Quando debatida em plenário, a lei não encontrou grandes resistências, uma vez que a maioria dos obstáculos políticos à criação da UnB já haviam sido superados nos meses anteriores: fosse pela disposição das autoridades em organizar iniciativas de discussão e planejamento, fosse pelo esforço astuto de persuasão do intelectual e político Darcy Ribeiro. A este último, a memória da instituição reserva grande apreço por ter sido um de seus grandes idealizadores, fundadores e defensores. Dentre eles, também especial destaque deve ser conferido a Anísio Teixeira, grande intelectual de trajetória admirável na área de educação, que havia sido responsável pelo Plano Educacional de Brasília no governo JK. Outros grandes nomes da intelectualidade brasileira foram convocados, de todas as partes do país, para configurar e levar a efeito o ambicioso projeto da UnB.

Em seus primeiros anos, a UnB funcionava precariamente, sendo seus primeiros cursos abrigados de maneira improvisada em edifícios públicos administrativos. Foi no dia 9 de abril de 1962 que o Ministério da Educação (MEC) ofereceu algumas de suas salas para serem ocupadas pelos chamados cursos-troco, de Letras Brasileiras, de Administração, Direito e Economia, e de Arquitetura e Urbanismo. Logo, porém, esses cursos passaram a ocupar modesta e timidamente a imensa área que lhes era reservada pelo Plano Piloto de Brasília: pequenos edifícios, alguns ainda bastante precários, foram erigidos no terreno situado entre a Asa Norte e o Lago Paranoá. Nascia, assim, o *campus* universitário. O primeiro reitor foi Darcy Ribeiro, que geriu a universidade em seus primeiros tempos de

atribuição. Instantaneamente, a UnB foi incorporada ao ritmo de Brasília, sendo seus primeiros trabalhos realizados às pressas, pois não se tinha certeza, à época, em face da instabilidade política do país, se a instituição, ainda tão frágil, poderia sobreviver a uma grande e eventual reviravolta política. Nesse princípio, a UnB não possuía nem estatuto nem contratos. A definição da instituição e as regras para o seu regimento não haviam sido, pois, formalizadas. Também os seus membros assalariados, entre professores e funcionários, não tinham contratos oficiais com a universidade, de modo que apenas recebiam seus salários sem possuir nenhum documento que os vinculasse, de fato, à instituição. O ânimo predominante entre os funcionários, professores e alunos na época, contudo, era de grande otimismo, de esperança de que as suas condições de trabalho fossem melhorar. Apesar da precariedade das instalações e da burocracia, eram bastante comuns os sentimentos de entusiasmo e disposição .

Por trás dessas iniciativas humildes, todavia, a Universidade de Brasília trazia um nobre projeto de reforma da educação superior no Brasil. Reunia grandes ambições de muitos dos maiores intelectuais brasileiros que, desconfortáveis com a situação das universidades nacionais da época, diagnosticaram seus males e propunham remedia-los na criação de uma instituição sem vícios antigos, inteiramente nova: a UnB. Dentre as principais inovações introduzidas pela universidade constam os Institutos Centrais e as Faculdades – que deveriam sanar os problemas de isolamento mútuo entre áreas afins, relativo às universidades que se constituíram como um apanhado de diversas escolas profissionais superiores mantidas isoladas e auto-suficientes. Especialistas em uma mesma área do conhecimento seriam reunidos em departamentos voltados à pesquisa e ao ensino de seus respectivos conteúdos a alunos de diferentes cursos universitários. Era extinto o sistema de cátedras, pelo qual os acadêmicos se apropriavam soberbamente de determinadas áreas do saber em cargos vitalícios, auferindo as possibilidades de projeção dos cientistas mais jovens, que dificilmente deixavam a posição de assistente. Na UnB foram instituídas as categorias de professor assistente, associado, adjunto, titular, emérito, em substituição à cátedra tradicional. A modificação dos caminhos percorridos pela carreira do corpo docente oferecia maiores perspectivas de ascensão aos jovens cientistas, bem como lhes abria maior espaço à criatividade. A instituição de pesquisa era, também, intimamente incorporada à universidade, do mesmo modo como pesquisadores de todas as áreas do conhecimento deveriam acumular as funções de pesquisadores e docentes, capacitando os jovens à condição de excelentes

técnicos e cientistas. Essas faculdades institucionais e funções encontravam-se ainda apartadas em várias universidades da época.

Decidiu-se que a Universidade de Brasília deveria ser gerida por meio de um sistema administrativo flexível e eficaz, razão pela qual se optou pelo regime de Fundação. Conquanto fosse fundada pelo poder público, a universidade deteria um patrimônio sujeito a enriquecimentos crescentes, valendo-se dos benefícios de uma gerência privada sem deixar de ser pública. A UnB também inovava na introdução do sistema de créditos, através do qual os alunos teriam o reconhecimento de suas disciplinas cursadas por toda a universidade, sem a necessidade de ter que cursá-las novamente em caso de transferência para outro curso. Em outras universidades, era comum que determinadas escolas resistissem em aceitar as aprovações de alunos nas mesmas disciplinas, porém em escolas diferentes. De modo igualmente inovador, UnB oferecia grandes oportunidades aos alunos para frequentar outras áreas do saber, diferentes das suas próprias, e de conhecer pessoas dessas outras áreas para com elas compartilhar suas experiências. A universidade traria ainda grandes benefícios à comunidade, integrando-se a ela, oferecendo cursos técnicos, profissionais e acadêmicos, além de se prestar aos interesses e problemas da própria comunidade, alimentando sua curiosidade e formulando soluções criativas e originais às suas questões – atitude contrária a de outras instituições de ensino superior que se distanciavam e se isolavam da realidade circundante. De todas essas inovações, entretanto, poucas eram, de fato, originais. A maioria delas era trazida ou inspirada em modelos da Europa ou dos Estados Unidos adaptados à realidade social brasileira.

Afinal, a grande ambição do projeto da Universidade de Brasília era a fundação de uma instituição que, em respeito aos padrões internacionais de pesquisa científica e em respeito às causas do desenvolvimento nacional, se assenhoreasse do patrimônio mundial do saber, contribuindo para avolumá-lo. E, dominando e produzindo todos esses conhecimentos, fosse responsável por pensar o país a partir do seu centro, de adotar as suas grandes causas, de fornecer, enfim, os caminhos para a superação definitiva do seu subdesenvolvimento tecnológico, social e econômico. Essas premissas permeavam e norteavam todas os planos e ações referentes à UnB desde que foi primitivamente considerada nos debates de sua organização e idealização. Tratava-se de uma época, como visto na seção anterior, de grande mobilização de massas e de profunda crença na realização de grandes reformas sociais de base. Os intelectuais alinhados a essa tendência acreditavam poder erigir uma universidade consoante aos novos tempos, de transformação social eminente, naqueles que foram os

últimos anos do populismo brasileiro. Desse modo, a nobreza com a qual a proposta surgia aos olhos dos seus primeiros membros, bem como o interesse que lhes despertava o novo modelo heterodoxo, impulsionavam com notáveis entusiasmo e otimismo os primeiros tempos difíceis em que a UnB se debatia para sobreviver enquanto instituição.

2.2. Os militares

Categoria dotada de grande prestígio entre as classes médias brasileiras desde o início do século XX, os militares, enquanto grupo mais ou menos coeso, exerciam influência considerável sobre os rumos políticos do Brasil. Desde que regressaram da Segunda Guerra Mundial, em que combateram ao lado dos EUA, trouxeram a convicção de que era necessário acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro. Estavam impressionados com os avanços demonstrados pelo exército americano e julgaram prudente prestar atenção às sugestões estadunidenses a fim de se aproximarem daquela qualidade. De uma maneira geral, os militares brasileiros foram persuadidos de que o desenvolvimento da economia, a ser proporcionado pela inteira abertura ao capital estrangeiro, terminaria por desenvolver o próprio aparelho militar nacional. Dentro do novo contexto de Guerra Fria, os EUA, na nova condição de Estado hegemônico do mundo capitalista, tomavam diversas providências para sujeitar o exército do Brasil e de outros países da América Latina à sua influência. Formavam os militares desses países: aperfeiçoavam as suas habilidades marciais, além de inculcar-lhes o *American way of life*, tornando-os convictos de que a hegemonia americana era natural, boa ou mesmo inevitável. Desse modo, os Estados Unidos reuniam maior aprovação de sua política internacional e, ainda mais, maior facilidade para exercer ingerências sobre outros países. De nações periféricas como o Brasil, os americanos obtinham concessões territoriais para instalar bases militares, bem como, pelas economias disponíveis, fácil exploração de seus recursos naturais. Os militares brasileiros eram chamados a se aliar aos EUA na grande missão de defesa hemisférica contra os socialistas soviéticos. Os parágrafos seguintes irão abordar, em linhas gerais, os aspectos principais do pensamento e do projeto hegemônicos das Forças Armadas à época, configurados a partir de matrizes estadunidenses e cultivados em instituições como o SNI e a Escola Superior de Guerra (ESG), que, a propósito, foi grandemente influenciada pela equivalente americana *National War College*.

O Golpe Militar de 1964, enquanto manobra política histórica da categoria militar brasileira, inscreve-se em um complexo sistema ideológico que lhe confere sentido. Esse

sistema sofreu sensível influência de pensadores particulares, como do General Golbery do Couto e Silva, cujas ideias por vezes se confundem com a doutrina hegemônica das Forças Armadas. Diz-se “hegemônica” na medida em que os militares nunca foram um grupo monolítico, havendo uma minoria de maior pendor nacionalista que, inclusive, opôs-se ao Golpe de 1º de Abril. Os demais, todavia, acreditavam que a ordem constitucional deveria ser suspensão e que a sua intervenção não era menos do que imprescindível. Sobretudo porque se considerava urgente a manutenção do Brasil ao lado do Ocidente cristão e capitalista, pondo termo, pois, às medidas populistas dos governos anteriores que encaminhavam o país em direção ao não-alinhamento internacional. A aliança com os EUA era tida pelos militares como única alternativa, sendo o não-alinhamento uma ilusão e a via comunista do oriente, uma catástrofe. Censuravam e fulminavam o projeto comunista taxando-o de ressentido, aproveitador, totalitário, ateu e nocivo à civilização ocidental e democrática, solidamente alicerçada na moral cristã, tal como a conhecemos.

Os militares entendiam que o estado do Brasil imediatamente anterior ao Golpe de 1964 era de grande enfermidade: diagnosticaram o egoísmo de nossas elites dirigentes, que apenas consideravam seus interesses particulares de classe, e o despreparo das massas, em especial no que diz respeito à participação política. Eles, os militares, porém, eram capazes de considerar o interesse geral, o bem comum. Sua ideologia rivalizava com o marxismo, que identifica na luta de classes o motor da história. Segundo a ideologia militar, haveria uma complementaridade orgânica entre as diferentes classes, que deveriam desempenhar seus respectivos papéis em benefício da harmonia e conservação do todo social. Aquelas elites incompetentes deveriam, pois, ser substituídas por outras verdadeiramente capazes de despertar potencialidades adormecidas do país em direção ao seu pleno desenvolvimento. Essas novas elites, dotadas de um mínimo de legitimidade popular para ocupar o poder do Estado, seriam compostas por civis e militares, indivíduos com aptidões e desempenho notadamente acima da média de seus pares, socialmente mais influentes do que os outros.

A elite civil, nem sempre apta à tarefa da direção nacional, seria, a rigor, escolhida e esclarecida pela elite militar. Enfim, as elites civil-militares, a partir de conhecimentos históricos e geográficos profundos sobre nação, deveria interpretá-la à luz da Doutrina de Segurança Nacional – conjunto de conceitos, princípios, valores, normas e métodos que permitem a orientação de estratégias e manutenção dos Objetivos Nacionais (ON). Dentre os ON – interesses e aspirações que a nação busca satisfazer em certa etapa de sua evolução geral –, distinguem-se os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) – representantes de

interesses e aspirações vitais, estruturais, duradouras da nação – e os Objetivos Nacionais Atuais (ONA) – que representam etapas intermediárias, conjunturais, cuja finalidade é a de conquistar os ONP –, ambos definidos pelas elites. Em uma palavra, essas elites deveriam, a partir de todos esses predicados, conduzir o Brasil rumo à sua condição (destino manifesto) de potência e liderança hemisférica pertencente ao Primeiro Mundo.

O desenvolvimento econômico em curso teria como fim a segurança nacional na medida em que a população brasileira, suficientemente comprometida com a economia capitalista e progredindo a partir dela, tornar-se-ia resistente a outros modelos aproveitadores e alienígenas. Livrando-se de seu estado mentalmente vulnerável de pobreza e colhendo seus frutos da próspera economia de mercado, os brasileiros estariam em melhores condições de reconhecer, sem se deixar enganar, a superioridade do modo de produção capitalista. Da mesma forma como o desenvolvimento seria um meio para se conquistar a segurança, também, por uma relação antinômica, a segurança seria um meio para a conquista do desenvolvimento. Introduce-se aqui o conceito de *Guerra Total*. A fim de se assegurar o progresso geral do Brasil alinhado permanentemente ao bloco das nações ocidentais do dito “Mundo Livre”, os militares consideravam forçoso que a guerra contra a ameaça vermelha transcendesse os limites do campo de batalha: toda a sociedade era chamada a prestar o seu apoio e esforço na luta anticomunista. Os diferentes segmentos, como sindicatos, igrejas e universidades, deveriam, portanto, sofrer a intervenção do poder central e ser convertidos em núcleos de resistência anticomunista. Desse modo, ao passo em que os militares advogavam uma pacificação, um consenso geral subjacente entre as classes sociais, também declaravam guerra a elementos pontuais tidos como subversivos. Em estado de Guerra Total, a população deixa de estar isenta desta grande obrigação: identificar os inimigos internos cuja ação comprometeria a Segurança Nacional. São promovidas operações em todas as instituições sociais indistintamente. Como de fato se passou naquela época, direitos e garantias constitucionais poderiam ser violados e suspensos, do mesmo modo que posições e cargos, públicos ou não, poderiam ser cassados, anulados ou tomados em caso de ameaça à ordem e à segurança do Brasil. A rigor, segundo essa ideologia militar hegemônica, *não havia nada que não poderia ser sacrificado em benefício da Segurança Nacional*.

No contexto histórico brasileiro pós-1964, mediante a situação de eminente ameaça de infiltração e sedução comunista da ainda ingênua população brasileira, os governantes militares concordaram que o povo não estava preparado para o exercício da democracia plena. Assim, embora a democracia consistisse em uma aspiração lapidar do povo brasileiro, um

Objetivo Nacional Permanente, não era admitida pelas elites civil-militares como uma necessidade do momento, um Objetivo Nacional Atual. Naquela conjuntura, julgavam que as garantias democráticas deveriam ser auferidas visando, com isso, preservar a própria democracia. Em um futuro talvez não muito distante, essas garantias poderiam ser devolvidas, naturalmente de maneira *lenta, gradual e segura*. Naquele instante, portanto, a liberdade se afigurava aos militares como um obstáculo à segurança e à modernização do Brasil: dessa grande dádiva mal administrada poderia emergir um grave estado de anomia social incorrigível. Todavia, era igualmente um consenso entre os militares que os cerceamentos da liberdade tinham um limite claro e distinto, além do qual não se deveria avançar sob pena de ferir a própria condição humana e de contrair os odiáveis vícios do totalitarismo.

3. As relações

Esta terceira e última seção irá se ocupar da relação histórica entre os dois grupos que protagonizam este trabalho, a UnB e os militares, entre os anos de 1964 e 1965. Para tanto, serão reportados os fatos principais relativos aos episódios de crise na Universidade de Brasília durante esses anos, simultaneamente a uma interpretação desses fatos segundo o prisma da ideologia militar hegemônica. Os parágrafos seguintes não oferecem nenhum tipo de teoria da conspiração ou manifestações de denúncia perpassadas por um ressentimento revanchista em relação aos militares. Dado o limitado alcance deste trabalho, também não trarão estes parágrafos novas descobertas concernentes à identificação de verdadeiros responsáveis pelos episódios aqui narrados, para além dos relatos do professor Salmeron. Apenas se procederá à exposição e à explicação dos fatos históricos – do *porquê* desses acontecimentos – a partir do sistema ideológico militar explorado na seção precedente.

3.1. A crise de 1964

Partindo-se dos elementos discutidos até aqui, será muito razoável convir que a aproximação entre as palavras “crise” e “UnB” não se dará pela interposição do genitivo *da*, como em *crise da UnB*, na medida em que não se trata de uma crise essencial, ontológica da própria instituição, enquanto fracasso do seu modelo e projeto aplicados por falhas que lhes eram inerentes. A verdadeira aproximação desses termos se dará pela interposição do locativo *na*, formando-se *crise na UnB*, uma vez que, como se verá, tratava-se de um estado

alterado e grave provocado na universidade por fatores exógenos, pelo ambiente político em que estava inserida. E isso porque a Universidade de Brasília atravessou os primeiros anos do regime autoritário pós-1964 enquanto ainda era uma instituição recente e bastante frágil. Aparentemente, sua maior proximidade do centro do poder governamental (estando o *campus* universitário a poucos metros do Palácio do Planalto, em Brasília) fez com que a UnB fosse a universidade federal que sofreu as maiores e mais freqüentes intervenções do regime militar.

Alguns dias após o Golpe, no dia 9 de Abril de 1964, o campus da UnB foi invadido por tropas da Polícia Militar do estado de Minas Gerais: quatorze ônibus contendo soldados muito bem equipados, mais três ambulâncias tomaram o campus universitário. Pareciam prever um confronto direto com barricadas armadas que estariam a aguardá-los na UnB. O ambiente, contudo, era pacífico e não ofereceu resistência alguma. Em seguida, cercaram alguns dos prédios principais e deram início a uma inspeção sistemática por armas e material subversivo. Também chamaram alguns professores e alunos que, assim que se apresentaram, foram imediatamente levados para ser submetidos a interrogatórios. Entre os materiais apreendidos, figuraram cartas, documentos, livros e bandeiras; a maioria considerada subversiva por estar relacionada de algum modo à ideologia ou aos países socialistas. A imprensa relatou o episódio com certo alarde no dia seguinte.

Poucos dias após a invasão, o presidente da República Humberto Castelo Branco, sem consultar nenhum órgão da UnB, afastou arbitrariamente Anísio Teixeira de seu posto de reitor, nomeando Zeferino Vaz – médico veterinário com tradição acadêmica no estado de São Paulo – para substituí-lo. O novo reitor havia apoiado e participado abertamente do Golpe Militar, deixando bem clara, desde o princípio, a sua posição de *interventor* nomeado pela Presidência da República. Também passaram a exercer importantes funções administrativas pessoas que não apresentavam quaisquer experiências ou interesses relativos a universidades. Um dos primeiros atos do novo reitor Zeferino Vaz foi a libertação dos professores e estudantes presos na ocasião da invasão de 9 de Abril. Essa medida, bem acolhida pela comunidade universitária, trouxe maior tranquilidade aos seus ânimos, que foram, a seguir, profundamente perturbados por um ato surpreendente do reitor: a demissão compulsória de nove professores e quatro instrutores, consignada no dia 9 de maio de 1964. O motivo alegado na carta dirigida ao diretor-executivo da Fundação Universidade de Brasília foi *por conveniência da administração*. Em um gesto de solidariedade aos seus colegas, alguns outros professores se demitiram voluntariamente. Os docentes que permaneceram se perguntavam se seria possível continuar a desenvolver suas atividades sob

o tenso ambiente repressivo que se instalava na universidade. Repentinamente, a UnB passou a ser considerada como um *foco de indisciplina e de subversão* (Ibid) por grande parte da opinião pública.

Seria uma inferência precipitada e um tanto quanto ingênua asseverar que os militares eram contra as universidades, em geral, e contra a UnB, em particular. Na realidade, as instituições de ensino superior eram por eles consideradas imprescindíveis para que o país fosse ao encontro do processo de modernização que o introduziria no seleto Primeiro Mundo. Ademais, as universidades também eram responsáveis pela formação de membros das elites dirigentes do Brasil: os jovens que nela ingressam são devolvidos à sociedade como juristas, médicos, engenheiros, cientistas, que frequentemente ocupam posições de destaque, sendo socialmente muito influentes. Desse modo, não sendo os militares gratuitamente contra universidades, estudantes ou professores, cumpre reconhecer que eles eram, isto sim, contra determinados *tipos* de professores e estudantes, imiscuídos na massa dos demais dentro das universidades. Ora, em um contexto que Guerra Total, deve ser permanentemente vedado à juventude universitária o contato com elementos subversivos – professores e estudantes comunistas – sob pena de ela ser ideologicamente manipulada e convertida. E o perigo maior reside justamente no fato de serem jovens, por atravessarem um momento de formação, em que ainda são bastante vulneráveis intelectualmente. Nesse contexto de Guerra Total, também as universidades são inspecionadas e chamadas a prestar sua contribuição no conflito anticomunista, sofrendo, desse modo, intervenções do poder central – da Presidência da República –, que exonera indivíduos suspeitos ao passo que nomeia substitutos confiáveis. É precisamente essa a moldura ideológica em que devem ser enquadrados os fatos da crise na UnB em 1964. São essas as razões que preenchem aqueles atos de sentido: a invasão do *campus* por tropas militares; a nomeação de interventores para ocupar as altas posições administrativas da universidade e, finalmente; a prisão e demissão de professores e instrutores *por conveniência da administração*. Decerto, todos esses atos mostraram-se convenientes, não apenas à administração da UnB, mas seguramente também ao projeto geral de intervenção das Forças Armadas na realidade histórica brasileira.

3.2. A crise de 1965

Nos quinze meses que se seguiram às primeiras demissões, a Universidade de Brasília retomou seus trabalhos sob ânimos menos ansiosos e mais esperançosos. A incerteza perene

dos educadores quanto a novas agressões à autonomia universitária havia se atenuado ante a nova postura que a reitoria vinha aparentemente adotando. Naqueles meses, o reitor Zeferino Vaz pareceu abraçar a proposta, o projeto da UnB: tornou-se um de seus defensores mais obstinados. Chegou mesmo a ponderar que a Universidade de Brasília não consistia em um foco de subversão e indisciplina como apregoava grande parte da opinião pública. No entanto, o comprometimento político do reitor e a sua condição original de interventor cingiam sua autonomia sobre a posição que ocupava: em breve, quando exigidas de fora, novas intervenções seriam realizadas na UnB. Os novos atos da reitoria demonstraram de maneira iniludível à comunidade universitária que aqueles quinze meses foram dias de *paz vigiada*. A autonomia da UnB era repetidamente violada por instruções externas com poder de lei. Casos particulares, que provocaram toda a instituição e precederam a crise, ilustram muito bem as condições a que eram submetidos os corpos docente e discente da universidade.

Em meados de 1965, o reitor Zeferino Vaz contratou intelectual católico e professor de filosofia Ernani Maria Fiori para integrar e organizar o Departamento de Filosofia da UnB. O recente Instituto de Ciências Humanas alimentava grandes expectativas em relação à incorporação do novo professor, que havia sido demitido compulsoriamente da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Ato Institucional nº1 (AI-1). Com receio de que a sua contratação pudesse provocar transtornos políticos, o professor Fiori escreveu ao reitor, que, não obstante, contratou-o sem hesitações. Alguns dias após a contratação de Ernani Fiori, contudo, Zeferino Vaz, em uma atitude profundamente contraditória, reviu sua decisão justificando que havia cometido um erro, um ato ilegal. Argumentava que não poderia ter contratado um professor exonerado de uma universidade pública. Os coordenadores reagiram, enviaram cartas e procuraram dialogar com o reitor, pedindo que reconsiderasse a questão. A maioria nem sequer conhecia Fiori: não pelejavam em defesa de um homem, mas em defesa do princípio de autonomia universitária. Como Fiori, outros professores poderiam ser prejudicados arbitrariamente por medidas tomadas à revelia da opinião dos órgãos universitários e, ainda mais, sem o direito de defesa. A repentina mudança de opinião de Zeferino Vaz sugeria que lhe haviam sido impostas instruções externas para que retrocedesse. Conquanto não houvesse qualquer dispositivo legal que determinasse a contratação do professor Fiori como ilegal, a Consultoria-Geral da República exprimiu um parecer que o fez. Sua demissão foi consignada em 23 de julho de 1965.

Muitos professores e funcionários da Universidade de Brasília à época haviam sido disponibilizados por outras instituições, como o Ministério da Educação. A antropóloga Edna

Soter de Oliveira, que dirigia a Secretaria-Geral de Alunos, foi, também em meados de 1965, requisitada pelo MEC algumas semanas após a conclusão do *caso Fiori*. Edna gozava de grande simpatia entre os estudantes, organizando seus dossiês e fornecendo-lhes informações administrativas. A proximidade entre Edna e os estudantes, porém, parecia perigosa às autoridades militares, que exigiram o seu retorno ao ministério. Com alguma hesitação, talvez para impedir que sua popularidade continuasse e despencar, a reitoria teve de devolver Edna de Oliveira ao MEC. A UnB começava a atravessar o que seria a maior de suas crises. Às complicações políticas somou-se a carência de recursos públicos destinados à manutenção e expansão da infraestrutura universitária. Em estado de profunda insatisfação com as condições de trabalho, os estudantes declararam uma greve de três dias. Suas reivindicações eram consideradas justas inclusive pelo reitor. O momento, contudo, em face da crise política, era inoportuno.

Em uma assembleia realizada em 24 de agosto de 1965, os professores se reuniram sob a presidência de Zeferino Vaz, que lhes apresentou seu sucessor, Laerte Ramos de Carvalho, que deveria assumir a reitoria na semana seguinte, no dia 1º de setembro. Os docentes uma vez mais se espantaram com a nomeação de um novo reitor, outorgado sem qualquer consulta a qualquer órgão da UnB. Nessa assembleia o reitor tomou a palavra longamente para tentar justificar os seus atos passados de demissão compulsória de professores e instrutores. Utilizou pela primeira vez o argumento da *mediocridade*: julgava-se capaz de avaliar o desempenho de especialistas em áreas que ele próprio desconhecia, explicando que os professores demitidos foram afastados simplesmente por serem medíocres. Recrudescendo a inflamação dos ânimos, disse ainda que outros currículos deveriam ser revistos, porquanto havia mais medíocres pela UnB, incapazes de ocupar quaisquer funções em universidades respeitáveis. Nessa mesma assembleia, alguns professores fizeram o uso da palavra para defender os seus colegas perseguidos, o que aborrecia ainda mais Zeferino Vaz. Também o próximo reitor, Laerte de Carvalho, proferiu poucas palavras unicamente para comunicar que era apoiado pelo diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, partidário da chamada *linha dura*, ala mais autoritária do regime militar. Nessa declaração do novo reitor transparecia inequivocamente a sua posição política, que certamente teria efeito sobre a sua maneira de gerir a UnB.

Caso que deteve considerável gravidade e repercussão na universidade foi o caso do professor de sociologia Roberto Décio Las Casas, que também havia sido disponibilizado pelo mesmo Ministério da Educação e que foi chamado de volta três meses depois de sua

incorporação à UnB. Igualmente em defesa do princípio de autonomia universitária, os coordenadores reagiram à exigência do MEC em reunião e carta destinada ao senhor reitor. Curiosamente, o reitor recém-empossado, Laerte Ramos de Carvalho, havia, a princípio, colocado a critério do próprio professor Las Casas a decisão de permanecer ou não na Universidade de Brasília. Após alguns dias, porém, o reitor se tornou um veemente defensor do retorno de Las Casas ao MEC. O pretexto da mediocridade, exaustivamente utilizado para justificar novas perseguições, também foi atirado contra o professor de sociologia. Não obstante as hercúleas tentativas de persuasão da reitoria por parte dos coordenadores e demais professores, o professor Roberto Las Casas foi devolvido pelo reitor ao MEC por exigência irredutível do ministro da Educação à época, Flávio Suplicy de Lacerda.

Quanto mais professores eram expurgados ou arrebatados por outras instituições de maneira arbitrária, mais crescia o sentimento de incerteza entre a comunidade universitária e, sobretudo, entre o corpo docente da UnB. Os professores consideravam um martírio ter de trabalhar sob as pressões políticas e péssimas condições infraestruturais. Progressivamente, o reitor se isolava, sua popularidade se desgastava, originando um abismo crescente entre a reitoria e o restante da comunidade universitária. As tentativas de diálogo com Laerte Ramos de Carvalho redundavam em fracasso. A grande crise de 1965, cujos contornos já se delineavam a partir dos antecedentes apresentados acima, tomou corpo após a reunião do dia 30 de setembro de 1965, entre os coordenadores e o reitor. Após a longa discussão, ficou patente, segundo os coordenadores, a intolerância daquela administração e o seu absoluto comprometimento com o regime militar de exceção, que feria indiscretamente a autonomia da Universidade de Brasília. Mais tarde, no mesmo dia, os coordenadores enviaram ao reitor uma carta de demissão: um documento elaborado em conjunto por todos os quinze coordenadores, que apresentavam seus motivos e se retiravam de suas posições, aguardando, contudo, as novas nomeações para deixarem suas funções. Não obstante, suas esperanças não foram definitivamente abandonadas: procuraram dialogar com personalidades importantes do regime militar, dentre eles o prefeito do Distrito Federal e membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília Plínio Cantanhede, e o próprio Golbery do Couto e Silva, então chefe do SNI. Não lograram, porém, nenhum êxito.

No dia 8 de outubro, os coordenadores realizaram sua última reunião com o reitor Laerte Ramos de Carvalho. Naquele derradeiro encontro, foi levantada novamente a questão sobre o caso do professor Las Casas, que a essa altura ainda não havia retornado ao MEC e que tinha o firme desejo – compartilhado pelo Instituto Central de Ciências Humanas – de

permanecer na UnB. O reitor insistiu em sua posição, enrijeceu sua convicção e, uma vez mais, chocou-se frontalmente com coordenadores, que, em resposta, abandonaram suas funções sem aguardar as novas nomeações. A seguir, o corpo discente apreensivo decidiu se reunir em uma nova assembleia, na qual foi decidido que deveriam demonstrar sua agravada insatisfação: entraram em greve por 24 horas e foram acompanhados pelos estudantes, que repetiram o gesto no dia seguinte. Como reação sem precedentes na história universitária brasileira e internacional, o reitor Laerte de Carvalho solicitou ao general Riograndino Kruehl que enviasse tropas policiais militares para (novamente) invadirem o *campus* universitário. Dessa vez a UnB ficou interditada, não se podia entrar nem sair, qualquer aglomeração de pessoas era rapidamente dispersada. Nessa ocasião, o reitor conversava furtivamente com autoridades militares em seu gabinete, entre elas destacando-se o Coronel Darcy Lázaro, comandante do Batalhão da Guarda Presidencial, conhecido pela comunidade universitária como o primeiro e maior sentinela da UnB à época, vigiando-a de perto.

Na semana seguinte, após grandes expectativas alimentadas pela imprensa sobre maiores arbitrariedades por parte da reitoria, o reitor decidiu, com a aprovação incondicional do Conselho Diretor, exonerar mais quinze professores. Cabe acrescentar que o Conselho Diretor não era composto por pessoas diretamente ligadas à área universitária, mas certamente ligadas às altas esferas do governo autoritário. Em resposta a esse movimento arbitrário do reitor, o corpo docente reconheceu que estava isolado, sem quem pudesse ouvi-los, nem tampouco os compreender. O diálogo e a persuasão provaram-se impossíveis. Concluíram estar diante de um dilema: ou aceitavam as condições a que vinham sendo submetidos ou as recusavam. Decidiram pela recusa, que naquele contexto significava o abandono da Universidade de Brasília: dos 305 professores, 16 haviam sido expulsos por Laerte Ramos de Carvalho e 223 demitiram-se voluntariamente. Essa verdadeira diáspora de cerca de 80% do corpo docente foi amplamente aprovada pelos estudantes, que, mesmo cientes de que as demissões comprometeriam suas formações, compartilhavam as angústias de seus professores. Dificilmente houve tanta coesão entre os corpos docente e discente na história universitária mundial, como houve na Universidade de Brasília daqueles dias.

O reitor afirmou em sua solicitação ao coronel Darcy Lázaro que a intervenção policial-militar era imprescindível para combater a indisciplina generalizada dos professores e estudantes grevistas. Os professores se demitiram porque julgaram impossível o retorno à normalidade da vida universitária. Curiosamente, esse foi o argumento formal apresentado pelo reitor para justificar o seu ato de exoneração compulsória de 15 professores: *para*

restaurar a normalidade da vida universitária. Mais tarde, após muitas conversas e algumas apurações, descobriu-se que a UnB era sistematicamente espionada por agentes militares dissimulados entre os estudantes. Esses agentes assistiam a aulas, assembleias e participavam de conversas casuais, colhendo e reportando informações que consideravam cruciais. Paralelamente, também alguns civis serviam como fonte valiosa de informações às autoridades militares e à reitoria. Conspirações e delações, por mínimas que fossem, já eram suficientes para que se submetessem certos indivíduos a longos interrogatórios. Em alguns casos, a mera condição de estrangeiro já imprimia grandes suspeitas sobre o universitário. As declarações públicas do ministro da Educação à época, Flávio Suplicy de Lacerda, são muito importantes para se compreender a opinião oficial sobre a Universidade de Brasília. Dizia que se procedia a um trabalho de *saneamento* da UnB, expurgando corruptos e subversivos que ameaçavam a formação adequada da juventude. O governo militar dito “revolucionário” não detinha, segundo ele, o propósito de fechar a universidade, embora deixasse bem claro que, se necessário (caso ela ameaçasse a segurança nacional), sem dúvida iriam fazê-lo (Ibidem). A perspectiva dos docentes era ignorada e preterida pela perspectiva oficial, dominante, de modo que as tentativas dos professores de diálogo e persuasão não lograram nenhum sucesso. Isso se deve, em parte, à noção da ideologia militar de que apenas as elites civil-militares têm a verdadeira apreensão sobre os fatos e a realidade nacional. A percepção civil é invariavelmente parcial e imperfeita, não sendo, pois, conteúdo digno de grande atenção. Em parte, também os professores não eram ouvidos porque procuravam convencer as autoridades ligadas ao governo militar da viabilidade de um projeto de universidade formulado no cenário populista e nacionalista anterior ao golpe. Cenário esse derrubado e repudiado por essas autoridades.

A maioria das exonerações feitas pelos reitores foram devidas ao perfil ideológico dos exonerados. O professor Ernani Maria Fiori, um daqueles docentes considerados como subversivos pelas autoridades militares, foi demitido pouco depois de ser admitido pela UnB. O dito *erro* de sua contratação residiu na tentativa de interpretação do AI-1 pelo reitor: Tendo em vista o seu perfil ideológico, Ernani Fiori havia sido demitido da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Ato institucional e não poderia ser contratado por outra universidade pública. Também o professor de sociologia Roberto Décio Las Casas tinha era acusado de comunista militante pela sua ficha no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Minas Gerais. O argumento da *mediocridade*, de que se valiam reiteradamente os reitores para justificar suas arbitrariedades, encobria o sentido verdadeiro e inconfessável de seus atos.

Naqueles dias, em que a intervenção militar ainda era recente, as autoridades ligadas a ela resistiam enormemente em reconhecer a nova situação como uma *ditadura*, bem como faziam o possível para que a população ou a opinião pública também não o fizesse. Desse modo, o recurso dos reitores ao argumento da mediocridade sugeria que agiam em defesa do ideal de qualidade do ensino superior, da UnB, e não para retificar autoritariamente a composição ideológica da universidade.

Laerte Ramos de Carvalho assumiu a reitoria da UnB em um momento em que as pressões da linha dura se avolumavam sobre o governo de Castelo Branco e o regime tendia a se fechar cada vez mais. Esse reitor tomou posições engessadas de um verdadeiro interventor em situação de guerra. Ouvia e obedecia atenciosamente as instruções externas, fornecidas por aqueles que o conduziram àquela posição. Seu autoritarismo e sua intransigência fizeram com que cerca de 80% do corpo docente da UnB abandonasse a instituição. Trata-se de um grande sacrifício, tal como seria o sacrifício de toda a instituição, se fosse preciso, conforme havia declarado o ministro da Educação. Mas, de acordo com a ideologia militar hegemônica, nenhum sacrifício é grande o bastante quando a Segurança Nacional está ameaçada. Como visto, rigorosamente, não havia nada que não poderia ser sacrificado em benefício dessa Segurança Nacional. Assumido o estado de Guerra Total, as instituições, em geral, e a Universidade de Brasília, em particular, deveriam se conservar livres de quaisquer elementos ideológicos socialistas do Oriente. A opção pelo alinhamento ao capitalismo do Ocidente exigia uma intervenção do poder, concentrado nas mãos do governo das elites civil-militares, sobre a instituição universitária. A democracia prevalecente na UnB, a autonomia de que gozava, deveria ser suspensa naquele instante de guerra sob pena de ser mal utilizada em favor do totalitarismo. Era preciso, portanto, segundo a ideologia militar, suspender essa autonomia universitária a fim de preservar a própria autonomia, a ser devolvida no futuro, quando a composição da universidade fosse adequada – leia-se, sem elementos subversivos. Em uma palavra, embora a autonomia universitária fosse considerada um Objetivo Nacional Permanente, ela não era reconhecida, definitivamente, como um Objetivo Nacional Atual.

A decisão de partir, tomada pelos 223 professores demissionários da UnB, foi a solução encontrada por eles para rejeitar as condições ideológicas e infraestruturais às quais vinham sendo submetidos, dada a impossibilidade de diálogo. Esse gesto traduz bem o estado de constrangimento e de exaustão atravessado pelos professores em um momento em que a política brasileira marchava em direção a crescentes tensões repressivas. Não obstante esse grande ato de protesto coletivo, suas demissões foram aceitas e seus lugares e funções foram

rapidamente ocupados por novos professores. A imprensa nacional se dividiu ao reportar esse grave fato, alguns jornais atacando e outros defendendo os professores. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) também foi organizada para se apurar os acontecimentos na UnB, ouvindo-se os depoimentos dos reitores, de professores e de parlamentares. Assim terminou o episódio da segunda e maior crise vivida pela Universidade de Brasília em sua relação conturbada com o governo militar brasileiro instalado em 1964. No entanto, embora tenha terminado com aquele gesto capital, esse episódio repercutiu por décadas sobre a UnB, sobre a comunidade universitária como um todo, integrando um importante capítulo de sua história, que deve ser revisitado e repisado permanentemente.

4. Conclusões

O desenvolvimento deste trabalho permite convir, de maneira muito razoável, que o regime militar instalado no Brasil em 1964 se baseava em uma determinada ideologia – que aqui se convencionou chamar de *ideologia hegemônica*, uma vez que os militares não eram uma categoria monolítica. E que era precisamente essa ideologia, articulada numa totalidade complexa e sistemática, que orientava as ações das autoridades governamentais, além de conferir sentido e, logo, inteligibilidade aos seus atos. Propôs-se, desse modo, a partir de um entendimento daquela ideologia, e do contexto histórico geral nos anos de 1964 e 1965, a busca por uma melhor compreensão das relações entre a Universidade de Brasília e o governo militar. Procurou-se mostrar como os atos interventores deste último sobre a UnB se articulavam perfeitamente ao sistema ideológico que predominava entre as Forças Armadas. Mas a interpretação desses atos e fatos segundo a ótica da ideologia militar não impediu que se apresentasse também a perspectiva diversa e contrária, da comunidade universitária.

Os episódios reportados e examinados expressam na prática o que foi um confronto, a nível ideológico, entre os projetos da UnB e dos militares de intervenção sobre a realidade. A Universidade de Brasília trazia um ideal de *ciência para providência*, formulado nos anos em que o Brasil se agitava com o nacionalismo e o populismo na política. Os fundadores dessa universidade acreditavam poder erigir uma instituição responsável por solucionar grandes problemas nacionais a partir do conhecimento nela conquistado e desenvolvido. Os militares, por sua vez, traziam um projeto de suspensão da democracia em favor do desenvolvimento econômico capitalista e, sobretudo, da Segurança Nacional. Ambas as instituições, a UnB e o

governo militar, pretendiam superar a condição brasileira de país subdesenvolvido, porém, como se viu, por vias marcadamente distintas.

Todos os casos particulares de perseguições, prisões, invasões e demissões realizadas pela reitoria da UnB entre 1964 e 1965 se inscreveram no grande plano interventor das Forças Armadas sobre a realidade social do Brasil. Os dois reitores, encaminhados à gerência da universidade pelas autoridades militares, mostraram consideráveis subordinação e conivência a essas autoridades, que procuravam impor, à força e a qualquer custo, o seu projeto sobre a comunidade universitária. Finalmente, o ato de demissão voluntária de 223 professores, em outubro de 1965, traduz-se como uma reação tão enérgica e fatal quanto as investidas sofridas anteriormente pela UnB, universidade atingida pelas mais graves intervenções da ditadura.

5. Referências

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. *O realismo de Golbery – Segurança Nacional e Desenvolvimento Global no Pensamento de Golbery de Couto e Silva*. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

CARR, Edward H. *O que é História?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX – 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

_____. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1965-1965*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.